Opinião Socialista

Ano XI - Edição 320 - Colaboração: R$ 2 - De 1º a 7/11/2007 - www.pstu.org.br

Marcha sacode Brasília contra a Reforma da Previdência

ESTUDANTES OCUPAM REITORIAS CONTRA REUNI

Página 10

ARGENTINA: DEPOIS DE VITÓRIA DE CRISTINA KIRCHNER, VEM PACOTÃO

Página 11

UM ENCONTRO DE RAÇA E CLASSE

Página 12

BAILE DO LULA 1 – Lula, mais uma vez, perdeu uma ótima oportunidade de ficar calado. Falando aos empresários sobre a competitividade internacional, soltou mais uma de suas famosas metáforas.

PÁGINA DOIS

BAILE DO LULA 2 – "É como se você, homem, fosse a um baile e tivesse trinta mulheres e 100 homens. Ou seja, a chance de você dançar uma musiquinha é pequena", declarou aos empresários.

DOIS PESOS

O Secretário Estadual de Segurança do Rio, José Beltrame, esclareceu a diferença do trato da polícia com os moradores da favela e os das regiões nobres da cidade. "Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na favela da Coréia é outra", afirmou o secretário, uma semana depois da operação na favela que resultou na morte de pelo menos 12 pessoas, com direito à execução transmitida ao vivo pelo helicóptero da polícia civil.

PÉROLA

É uma fábrica de produzir marginal

SÉRGIO CABRAL, governador do Rio de Janeiro, referindo-se às favelas do Rio. Na ocasião, o governador também defendeu o controle de natalidade para diminuir a criminalidade, numa política de extermínio de pobres. (*Portal G1, 22/10/2007*)

HERÓI

Já em entrevista à revista Veja, Beltrame deu sua impressão sobre o filme Tropa de Elite e o Capitão Nascimento, o personagem chefe do Bope. "Pra mim, o Capitão Nascimento é um herói", declarou o secretário sobre o personagem torturador. "Sem dúvida alguma, um capitão do Bope está bem representado ali", disse ainda para não restar dúvida sobre o que ele considera um "herói".

CHARGE / AROEIRA

JUIZ DAS CAVERNAS

São impressionantes os casos de homofobia e machismo praticados por juízes em pleno século XXI. O último escândalo foi protagonizado pelo juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG). O juiz rejeitou queixas de agressões de mulheres praticadas por homens. Para o juiz, que considera a mulher a raiz de todos os males do mundo, a Lei Maria da Penha é um "conjunto de regras diabólicas".

ATO CONTRA A HOMOFOBIA EM FLORIPA

Cerca de 100 ativistas realizaram um ato público contra a homofobia, em Florianópolis (SC) no último dia 11. O protesto foi impulsionado pela Frente GLBTTTS de Luta contra a Homofobia, a Lesbofobia e a Transfobia, formada no combate a uma covarde agressão a seis pessoas no bar Midnight, reduto tradicional da juventude universitária da UFSC. Os ativistas reivindicaram a imediata prisão dos agressores e a aprovação de leis que criminalizam ações homofóbicas.

Leia a notícia completa no Portal.

PORRETE BOLIVARIANO

Recrudesce ainda mais o regime de Chávez na Venezuela. Centenas de estudantes foram reprimidos pela polícia chavista ao protestarem contra a reforma constitucional imposta pelo governo. Os estudantes pediam o adiamento do plebiscito sobre a reforma, que prevê, entre outras coisas, a reeleição indeterminada para presidente.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Yara Fernandes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Av.Monte Lazaro, 195- Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontin, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370, Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 *guarulhos@pstu.org.br*
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186* *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

DEPOIS DA VITÓRIA EM BRASÍLIA, IR PARA AS BASES

A grande imprensa quase ignorou a marcha a Brasília do dia 24 de outubro. Os jornais que cobriram o fato, não deram nenhum destaque, deixando fora das primeiras páginas em todo o país. Em todos os jornais, o número dos presentes foi subestimado.

No entanto, foi a principal mobilização nacional de oposição ao governo Lula em 2007. A passeata juntou 16 mil pessoas vindas de todo este país continente, alguns com dois ou três dias de viagem.

O boicote da imprensa tem dois objetivos claros: o primeiro é ocultar dos trabalhadores do país a existência de uma oposição de esquerda ao governo, para que sempre se pense ao redor de dois blocos: o do governo e o da oposição de direita. Mas a oposição de esquerda existe e ocupou Brasília. E dentro do conjunto das entidades que convocou a marcha se destaca com clareza o papel da Conlutas, amplamente majoritária na atividade. Apesar da grande imprensa, uma nova direção para as lutas das massas está surgindo.

O segundo objetivo é evitar que se amplie o que a marcha já demonstrou: começou uma campanha de massas contra a reforma da Previdência. Só é possível reunir um número tão grande de pessoas em Brasília, sem contar com o dinheiro do estado ou da burguesia, se houver apoio de um setor de massas.

E é isso que começa a ocorrer. Rompendo a barreira da falta de informação, passando por cima do bloqueio da CUT e da UNE, uma parte dos trabalhadores começa a entender que o governo Lula está preparando um grande ataque aos seus direitos.

Os estudantes já perceberam que o Reuni, o projeto de reforma universitária, é um gigantesco ataque ao ensino público. As ocupações das reitorias são expressões de uma reação de vanguarda apoiada pelas massas das universidades. Contra a posição pelega da UNE governista, a Conlute se destaca nas ocupações das reitorias.

Os trabalhadores recém iniciam um movimento de entendimento do significado desta proposta de reforma da Previdência do governo, que visa na verdade acabar com o direito de aposentadoria dos trabalhadores. Como o projeto do governo não foi apresentado (ao contrário do Reuni), o processo apenas começou.

A marcha em Brasília, por superar o bloqueio da CUT e da UNE, foi um feito notável. Nem a ausência do MST conseguiu evitar o sucesso da marcha. O que a grande imprensa burguesa quer evitar é que esse feito seja conhecido por todos.

E é esta a tarefa que o conjunto das forças que se uniram no dia 24 têm pela frente: passar por cima também do boicote da imprensa para levar até as massas de trabalhadores o sucesso da marcha e a campanha contra a reforma da Previdência. Os sindicatos devem utilizar seus jornais e boletins para informar suas bases, além de preparar materiais próprios para isso.

Depois da vitória da mobilização em Brasília, a palavra de ordem é ir para as bases, para explicar a reforma. Só assim se preparará o próximo passo da campanha, que deverá ser de maior porte em março do ano que vem, com um dia nacional de paralisações e mobilizações.

OPINIÃO – *DIRCEU TRAVESSO,* *de São Paulo (SP)*

Governo e CUT querem atrelar sindicatos ao Estado

Festejado pela CUT, Força Sindical e demais centrais pelegas, o projeto de "legalização" das centrais sindicais foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado. No entanto, as direções dessas centrais tiveram uma desagradável surpresa. Junto com o projeto, os deputados aprovaram uma emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) que torna facultativa a cobrança do imposto sindical obrigatório.

Hoje, todos os trabalhadores são obrigados a pagar o imposto, equivalente a um dia de salário no ano. Esses recursos são rateados por sindicatos (60%), federações (15%) e confederações (5%) e 20% para os cofres do Ministério do Trabalho. O projeto do governo e das centrais, parte da reforma sindical, repassaria 10% desse imposto às centrais. Estima-se em R$ 1,25 bilhão o total de recursos arrecadados. Pelo projeto, só as centrais ficariam com R$ 125 milhões.

Uma enorme casta burocrática e parasitária se mantém nas entidades sindicais por conta desse imposto. O projeto do governo visa repassar ainda mais recursos para as centrais, que hoje já se beneficiam com verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Não foi à toa que CUT e Força Sindical, assim como as outras centrais pelegas, inclusive a central que o PCdoB está fundando, revoltaram-se contra a extinção do imposto.

A CUT e o PT abandonaram o discurso vazio que faziam e agora investem num pesado lobby no Senado para o veto à emenda. Querem a permanência do imposto criado em 1943 pelo governo Getúlio Vargas a fim de atrelar as entidades dos trabalhadores ao Estado. Nada mais coerente a uma central que há muito abandonou qualquer perspectiva classista e de luta.

Ninguém em sã consciência diria que o PPS está preocupado com a independência do sindicalismo brasileiro. Ao que parece, a emenda foi aprovada com o mesmo caráter que os senadores derrubaram a criação da Secretaria de Ações de Longo Prazo proposta por Lula, ou seja, para fazer birra e forçar o governo a realizar concessões. O que é indiscutível é que o imposto sindical atrela as entidades ao Estado.

Por isso, o PSTU se posiciona de forma contrária ao imposto sindical obrigatório. Só com a independência política e financeira os trabalhadores poderão levar até o fim suas lutas. O Conat, o histórico Congresso Nacional dos Trabalhadores que, em 2005, fundou a Conlutas como uma nova entidade, aprovou sua completa independência política, financeira e organizativa do governo e do Estado.

Mais que isso, denunciamos esse projeto das centrais por inteiro que, longe de representar um avanço para o sindicalismo, atrela mais sua estrutura ao Estado. Por ele, o Ministério do Trabalho, por exemplo, determinará regras para o registro das centrais, interferindo na livre organização dos trabalhadores.

GOVERNO LULA FAZ DO BRASIL O PARAÍSO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

REMESSAS DE LUCROS de multinacionais triplicam sob o governo do PT

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Nunca antes na história desse país, como diria Lula, as multinacionais remeteram tantos lucros às suas matrizes no exterior. E nunca os investimentos estrangeiros lucraram tanto no país como agora. Na metade do segundo mandato de Lula, o governo petista consolidou o país como um verdadeiro paraíso da especulação internacional.

Privilégios concedidos aos investimentos internacionais proporcionam o dobro de lucratividade aos especuladores estrangeiros que os investimentos nacionais. Ao mesmo tempo, a remessa de lucros das multinacionais aumenta cada vez mais, drenando recursos do país aos países imperialistas.

SAQUE CONSENTIDO

O volume de recursos transferidos por multinacionais a suas matrizes triplicou no primeiro mandato de Lula, comparado aos anos do segundo mandato de FHC. Entre 2003 e 2006, para cada US$ 10 que entraram no país, US$ 6 foram remetidos na forma de lucros ao exterior. Valores bem superiores aos dos anos de 1999 e 2002, quando de cada US$ 10 investidos, US$ 2 foram remetidos ao seu país de origem.

Segundo dados do próprio Banco Central, foram mandados para o exterior US$ 37,8 bilhões durante o primeiro mandato de Lula. O ano de 2006 marcou o recorde na remessa de lucros das multinacionais, que chegaram a US$ 16,4 bilhões. Tal valor é 30% maior que em 2005, assinalando uma tendência de aumento na rapina imperialista no país.

O setor que mais tira recursos do país são os bancos, que em 2006 mandaram US$ 1,4 bilhão para fora. Os juros extorsivos e as taxas abusivas tornam o país um verdadeiro paraíso aos banqueiros estrangeiros. A seguir, vêm as concessionárias de serviço público e a indústria automobilística.

Uma explicação para o aumento nas remessas são as privatizações que desnacionalizaram setores inteiros da economia durante a década de 90. Num cenário de início do desaquecimento econômico mundial, os lucros das empresas privatizadas no Brasil vão forrar os caixas das matrizes na Europa e nos EUA. A nova onda de privatizações realizadas por Lula deve ampliar esse processo ainda mais, a exemplo do que ocorreu no último leilão das rodovias federais, cujo maior lote de estradas foi adquirido pelo grupo espanhol OHL.

CAPITAL ESTRANGEIRO LUCRA O DOBRO

A política do governo Lula para o capital internacional faz os especuladores lucrarem como nunca. Desde fevereiro de 2006, a aplicação de estrangeiros em título públicos lucrou a uma taxa de 89%. Mais que o dobro que o já absurdo lucro dos investimentos nacionais, que chegaram a 42%. Além dos juros estratosféricos, os especuladores estrangeiros têm enormes privilégios, como a isenção no imposto de renda e o real valorizado.

Os altos lucros dos investimentos estrangeiros no país e as remessas das multinacionais estão drenando os recursos para fora. Em setembro, as remessas para o mercado externo chegaram a US$ 1,6 bilhão. Só em 2007 já saíram mais de US$ 13 bilhões, entre remessas de multinacionais e lucros do capital internacional no mercado financeiro. Valor 19% superior às remessas do ano passado.

O chamado saldo das contas externas, ou seja, o conjunto de todas as operações comerciais realizadas entre o Brasil e outros países, incluindo remessas e investimentos, apresenta em 2007 o seu menor nível desde 2003. Isso significa que há quase quatro anos não saía tantos recursos do país. Embora ainda haja superávit nesse saldo, ou seja, hoje o país recebe mais dólares do que envia, essa diferença vem diminuindo rapidamente.

Tal superávit em 2007 ficou em US$ 9 bilhões. Um valor que parece alto, mas que representa apenas metade do que foi registrado em 2006. Mais do que isso, a debandada de lucros para o exterior fará com que o mês de outubro feche no vermelho. Calcula-se que o país tenha um déficit de US$ 500 milhões no período, isto é, sairá meio bilhão de dólares a mais do que o total que Brasil vai receber.

DERRUBANDO MITOS

A explosão das remessas de lucros ao exterior expõe o verdadeiro caráter dos investimentos estrangeiros no país, tanto nas privatizações como no mercado financeiro. Longe de contribuir para o crescimento da economia, como dizem a grande imprensa, o governo e os representantes do neoliberalismo, o capital internacional tem o objetivo de retirar recursos na forma de lucros, como um vampiro sugando as riquezas do país.

Esse é um processo que ocorre em toda a América do Sul. Desde 2003 ocorre um salto na remessa de lucros para fora, fruto das privatizações dos anos 90. Em 2006, a fuga de capitais bateu um recorde. De acordo com relatório da ONU, a região recebeu US$ 45 bilhões em investimentos, mas enviou US$ 59 bilhões em lucros para os países imperialistas.

US$ 37,8 bi

Foram mandados para o exterior durante o primeiro mandato de LULA

Foram mandados para o exterior durante o último mandato de FHC

PT E PSDB: JUNTOS PELA CPMF

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Após ser aprovada na Câmara, a proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a CPMF, foi ao Senado, que se tornou palco de uma intensa negociata entre o governo e a oposição de direita (PSDB e DEM). Sem uma maioria tranqüila para aprovar a prorrogação do imposto até 2011, o governo abriu o balcão de negócios, oferecendo até a mãe para a perpetuação do imposto.

Já a oposição burguesa, capitaneada pelo PSDB, faz-se de difícil para conseguir as melhores vantagens. Liberação de emendas e nomeação de cargos fazem parte do cardápio para a aprovação da medida. No entanto, não é só isso. Os tucanos negociam, e o governo aceita de bom grado, um conjunto de exigências, entre elas a redução dos gastos da União (leia-se, redução dos gastos sociais, arrocho de servidores, etc) e um limite ainda mais apertado para o endividamento do Estado, apertando ainda mais a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre as exigências dos tucanos está ainda uma reforma tributária que isente de impostos os empresários. A fim de dar uma feição social às negociações, o PSDB e o governo divulgam um acordo para aumentar os repasses da CPMF à Saúde. No entanto, o que está em questão é, na verdade, a continuidade de um imposto que recai nas costas dos trabalhadores e da população mais pobre. E, de quebra, a ampliação do arrocho no setor público.

Como ampliar as verbas para a saúde diminuindo-se os gastos com servidores, por exemplo? O que se esconde por trás das "duras negociações" entre governo e oposição é o objetivo de perpetuar a contribuição, desonerar os capitalistas e arrochar os serviços públicos. Medidas que fazem parte do programa tanto do PT quanto do PSDB.

Ricardo Stuckert/Ag.Brasil

Aécio Neves (PSDB) e Lula

AG.CROMAFOTO

EM BRASÍLIA, 16 MIL PROTESTARAM CONTRA O GOVERNO LULA

DA REDAÇÃO

Nem mesmo o sol abrasador e o árido clima de Brasília impediram que 16 mil ativistas ocupassem as largas avenidas da capital federal. Foi um ato vitorioso, sendo o maior protesto contra o governo federal e o Congresso organizado em Brasília neste ano.

A marcha, foi convocada por diversas entidades como Conlutas, Intersindical, Conlute, Pastorais Sociais, Cobap, Andes, MTST, MLST, e diversas outras de todo o país, e teve o apoio de partidos como o **PSTU** e o PSOL.

O principal eixo da marcha era a luta contra a reforma previdenciária do governo. "Tirem as mãos da nossa aposentadoria", dizia a faixa que abria o protesto. No entanto, outras lutas importantes também foram incorporadas, como a luta contra a Reforma Universitária/Reuni, travada pelos estudantes, e as lutas pela moradia e contra a corrupção.

Não faltou criatividade e animação na marcha para criticar o governo. Durante o percurso, os participantes cantavam refrões como "*um, dois, três, quatro, cinco mil / ou pára estas reformas ou paramos o Brasil*" ou "*olê olé, olê olá/ Esse Reuni não vai passar/ Ocupo reitoria para não privatizar!*".

Os manifestantes vieram dos 26 estados para protestar contra a reforma do governo. Alguns viajaram mais de 40 horas, como o caso dos companheiros do nordeste. Todos esses ônibus foram pagos com as contribuições dos próprios trabalhadores, de seus sindicatos, com campanhas de venda de bônus.

Ao mesmo tempo em que iniciava a marcha, Lula se reunia com os 100 maiores empresários do país, deixando nítido que a prioridade deste governo é atender reivindicações da grande burguesia, atacando os trabalhadores.

"*No mesmo dia em que ele [Lula] se reúne com os tubarões do lado de lá, aqui estão os trabalhadores de todo o país lutando pela manutenção dos seus direitos*", disse Zé Maria de Almeida, da Conlutas.

FORTALECIMENTO DA CONLUTAS

Destaque à parte para a Conlutas, que jogou um peso preponderante na marcha. Isso ficou bastante visível nas faixas e bandeiras da entidade que cobriram toda a manifestação.

A marcha foi uma demonstração do fortalecimento e da consolidação da entidade, que se apóia nas mobilizações dos trabalhadores e da juventude. Em Brasília ficou evidente que a Conlutas é hoje o pólo mais dinâmico para a aglutinação de forças em torno de uma alternativa de luta contra o governo Lula. Fortalecer a Conlutas é construir um ponto de apoio fundamental para o processo de lutas que se prepara no país.

ATO NO MINISTÉRIO

Após realizarem uma passeata pelo Eixo Monumental, os manifestantes se reuniram em frente ao Ministério da Previdência Social para protestar contra a reforma. Lá as principais entidades que convocaram a marcha falaram no caminhão de som (veja págnas 6 e 7).

O protesto teve seu início no pátio de estacionamento do estádio Mané Garrincha, percorreu a Esplanada dos Ministérios e realizou um ato em frente ao Ministério da Previdência. Todas as entidades que participaram da organização do evento fizeram um acordo de que esse seria o principal ato da marcha e que, em seguida, outros atos seriam realizados simultaneamente em frente ao Congresso (contra a corrupção), dos Ministérios da Educação (contra o Reuni) e das Cidades (pela moradia). Em frente ao Congresso, ativistas contra a transposição do São Francisco jogaram peixes mortos no espelho d'agua para simbolizar o que vai acontecer com o rio com a transposição.

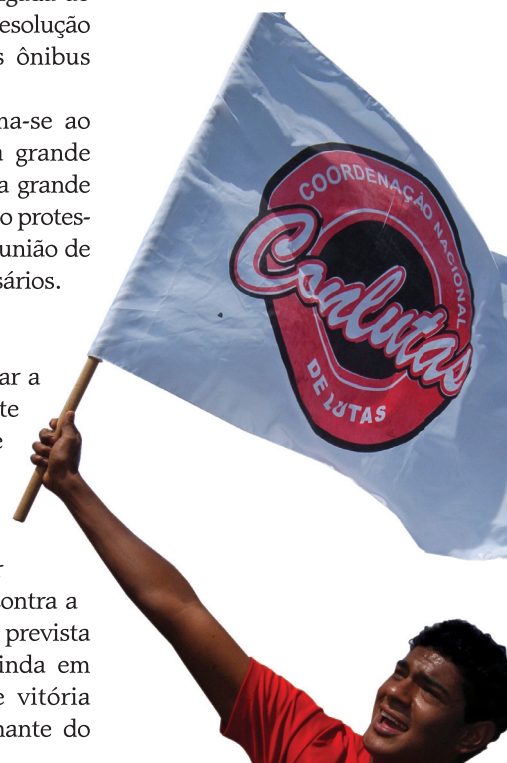
"PODERIA SER MAIOR"

Certamente essa é a opinião de muitos que foram à Brasília. Havia um espaço político para se construir uma manifestação com mais de 16 mil pessoas. Isso só não ocorreu pelas dificuldades financeiras que enfrentaram as entidades que construíram o ato. Mas não só. Desde o início, as entidades organizadoras enfrentaram o boicote ativo da CUT e de setores governistas, como o PCdoB. O caso mais gritante aconteceu na Apeoesp, sindicato dos professores de São Paulo. Em assembléia, a categoria decidiu que cada subsede da entidade – 93 no total – garantiria materialmente um ônibus para Brasília. A direção da entidade, ligada ao governo, descumpriu a resolução e, ao final, apenas três ônibus foram enviados.

Essa sabotagem soma-se ao boicote generalizado da grande imprensa. Via de regra, a grande mídia não deu destaque ao protesto, preferiu destacar a reunião de Lula com os 100 empresários.

NÃO VAI PASSAR

Mas nada pode apagar a grande importância deste 24 de outubro. Além de ser um ato de grandes dimensões, esse protesto pode ser influência decisiva para impulsionar uma grande campanha contra a reforma da Previdência, prevista para ir ao Congresso ainda em 2007. Foi uma grande vitória política, o ponto culminante do calendário de lutas unitário aprovado no Encontro Nacional de 25 de março.

Lamentamos que alguns abandonaram este calendário no meio do caminho. Mas é incontestável que a marcha foi uma prova da disposição de luta dos ativistas de todo o país. É fundamental construir um novo Dia Nacional de Luta, a exemplo do que foi o dia 23 de maio, com atos nos estados, paralisações nas categorias, bloqueios de estradas, ocupações. O recado já foi dado. A reforma de Previdência "não vai passar!".

“O que foi dito na marcha

“No mesmo dia em que ele [Lula] se reúne com os tubarões do lado de lá, aqui estão os trabalhadores de todo o país lutando pela manutenção dos seus direitos. Vamos sair daqui e ir para as escolas, fábricas, bairros e organizar a população, organizar uma grande paralisação nacional, vamos parar a produção. Não vai passar!"

ZÉ MARIA DE ALMEIDA, da Coordenação Nacional da Conlutas.

“Infelizmente, ele [Lula] caminhou para outro rumo, organizando a traição e o roubo de direitos que construímos com tanta luta. Não vamos aceitar pacificamente esta traição, estamos dispostos a parar este país se for preciso para que nossos direitos sejam respeitados".

VALDEMAR ROSSI, das Pastorais Sociais de São Paulo.

MARCELLO CASAL JR/AG.BRASIL

A MARCHA PASSO A PASSO

CONCENTRAÇÃO

Com uma faixa que diz “Tirem as mãos da nossa aposentadoria” abrindo a caminhada, 16 mil ativistas começavam a deixar o pátio do estádio Mané Garrincha. Logo a pista principal da avenida que leva à Esplanada dos Ministérios é tomada. Um pequeno carro alegórico, levado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, traz bonecos do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, vestido de morte, e de Lula, queimando uma carteira de trabalho.

ANIMAÇÃO

O sol é forte, o ar seco, o cansaço de uma longa viagem e dos esforços anteriores para preparar a manifestação: nada disso fez com que a animação da marcha diminuísse. As pessoas entoavam palavras-de-ordem com toda a força. Um dos mais animados blocos foi o da juventude, organizado pela Conlute.

YARA FERNANDES

PONTO ALTO

O ponto alto da Marcha foi o ato contra a reforma da Previdência, em frente ao Ministério dirigido por Luiz Marinho. A abertura do protesto teve uma divertida performance teatral realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (Sindsef-SP). Atores vestidos de “deputados-pizzaiolos” cercavam um curioso casal que dançava um tango: o ator representava Renan Calheiros e a atriz, a “dama da corrupção”. Um casal inseparável!
Em seguida, começaram as falas.

ATOS SIMULTÂNEOS

Depois do ato no ministério da Previdência, os manifestantes se dirigem a três atos que se realizaram silmultanemente: contra a corrupção (em frente ao Congresso); contra o Reuni (no Ministério da Educação) e pela moradia (no ministério da Cidades). Também foi realizada um performance contra a transposição do São Franscindo junto ao espelho d’água, em frente ao Congresso Nacional.

DIEGO CRUZ

UM DESRESPEITO AOS LUTADORES

A marcha foi sem dúvida alguma uma grande vitória de todos que depositaram as suas forças para construí-la. Não foi, portanto, só uma vitória da Conlutas, mas também da Intersindical, das Pastorais e demais organizações presentes. Exatamente por isto, não podemos nos furtar de opinar sobre uma atitude de desrespeito ao conjunto dos ativistas que foram a Brasília.

Houve um acordo entre todas as entidades de que a marcha teria um ato principal em frente ao Ministério da Previdência e seguiria depois com atos no Congresso, nos Ministérios da Educação e Cidades.

Porém, o carro de som do PSOL, infelizmente, resolveu passar por cima destes acordos. Ainda no meio do ato em frente ao Ministério da Previdência, quando falaria Valdemar Rossi, da Pastoral Operária, o carro de som do PSOL resolveu romper a marcha unitária e ir para o Congresso. Diante da reação negativa dos presentes, inclusive de uma parte importante da base do PSOL, a ruptura foi momentaneamente bloqueada. No entanto, imediatamente depois da última fala, e antes mesmo que o carro de som principal encaminhasse a continuidade das atividades (quando todos seguiram para o Congresso), o carro de som do PSOL rompeu a unidade, partindo em bate boca com o carro de som principal. Tal fato gerou uma enorme indignação nos ativistas, inclusive em setores do PSOL que não acompanharam este movimento de sua direção.

Para evitar mais problemas para a marcha conjunta, a direção da Conlutas no carro de som principal registrou seu desacordo, mas pediu para que se abrissse caminho para o trio elétrico do PSOL, e encaminhou a continuidade da atividade. Em frente ao Congresso, houve discursos dos dois carros de som, uma parte dos ativistas ocupou por alguns minutos o espelho d’água, se fez a atividade contra a transposição do São Francisco e acabou a marcha. Como não se manifestaram grandes diferenças alí, ninguém entendeu a atitude de ruptura da direção do PSOL.

Em uma matéria no site do PSOL, Martiniano Cavalcante, o dirigente do PSOL que comandou o carro do som que rompeu a marcha, rompe também com a verdade ao dizer que não estava prevista uma atividade conjunta no Congresso após o ato no ministério. Acrescenta que “*os companheiros que aprovaram e implementaram este roteiro pretendiam esvaziar a manifestação tão reivindicada pelo PSOL*”.

Todos os que participaram das reuniões de preparação da marcha podem responder a esta inverdade. A atividade não só estava prevista como foi objeto de acordo entre todas as forças, incluindo o PSOL. Como a direção do PSOL não pode explicar a atitude rupturista, falta com a verdade para poder defender o indefensável.

Valdemar Rossi, escreveu indignado um artigo sobre isso, em que afirma: “*Sem dúvidas, os representantes do PSOL prestaram um desserviço à luta de resistência da classe trabalhadora, praticando profundo desrespeito aos milhares de participantes*”.

Existe uma explicação política para semelhante erro da direção do PSOL. Este partido se caracteriza por privilegiar a atividade parlamentar sobre as lutas diretas. Durante a marcha, o carro de som do PSOL puxava seguidamente a palavra de ordem: “*saúde, educação, Heloísa Helena presidente da nação*”. O eixo atual deste partido é a “ética na política”, reeditando, a nosso ver, uma prática petista de antes do governo Lula. Tinham como centro o “Fora Renan” no Congresso Nacional e não a luta contra a reforma da Previdência. Houve um acordo entre todos os setores que organizaram a marcha de ter como um dos temas da marcha a luta contra a corrupção, mas não de que este seria o eixo principal. O PSOL tentou mudar este eixo na marra, passando por cima de todos.

Independentemente das diferenças políticas, deve-se buscar a unidade na ação entre as distintas forças, o que pressupõe uma atitude leal e respeitosa. Essa postura dos companheiros em nada auxilia a criação desse clima de respeito.

PLENÁRIA CONJUNTA APONTA CONTINUIDADE DAS LUTAS

***YARA FERNANDES**, da redação*

No dia 25 de outubro, aproveitando a presença das entidades de todo o país, houve uma Plenária Conjunta dos setores que organizaram a Marcha. A Plenária reuniu mais de 400 pessoas e estiveram presentes a Conlutas, a Intersindical, as Pastorais Sociais de São Paulo, o Andes-SN, Fenafisco, Fenasps, Sinasefe, Assibge-SN, entre outras.

Pela manhã, os ativistas debateram a necessidade de construir a unidade no movimento e de dar continuidade ao calendário de luta. Foi ressaltada a necessidade de fazer o possível para trazer de volta o MST para o calendário unificado, devido à importância deste movimento e dos ataques que vem sofrendo.

UMA NOVA DIREÇÃO

Além de discutir a unidade de ação necessária, inevitavelmente o debate se estendeu ao tema da construção de uma alternativa que unifique Conlutas e Intersindical numa nova direção.

Atnágoras Lopes, da construção civil de Belém, disse que *“é preciso avançar na unidade, não só porque nós queiramos, mas porque a classe trabalhadora precisa. É uma necessidade da classe trabalhadora do país que a Conlutas e a Intersindical construam uma alternativa”*.

Lujan, da Intersindical, também falou sobre a importância da unidade: “*contradições, diferenças, existem em todos os espaços, e a disputa, obviamente, tem que ser feita em todos os espaços, mas é fundamental que a gente rompa com a disputa entre nós mesmos*”. Apesar disso, Mané Melato, também da Intersindical, informou que o grupo tem, hoje, “*como resolução radicalizar na construção da Intersindical. A discussão sobre construir uma central será feita na plenária de março de 2008*”.

Zé Maria falou pela Conlutas que, para lutar contra os ataques, para defender as reivindicações da classe trabalhadora, “*é melhor uma organização forte do que duas. Por isso, nós vamos construir a unidade de ação para as lutas, mas também seguiremos com nosso chamado aos companheiros da Intersindical*”.

Ao final da Plenária, houve duas resoluções importantes: construir uma nota conjunta sobre a vitoriosa marcha e a necessidade de continuar a luta e de construir a unidade; e realizar um Dia Nacional de Luta e paralisações em todo o país no início do ano que vem, a exemplo do que foi o 23 de maio deste ano. A reunião da Conlutas do dia 26 de outubro reafirmou essas resoluções, discutiu os informes das categorias e dos estados e a necessidade de reforçar as finanças da entidade.

A ausência do MST

A tentativa de bloqueio da marcha pela CUT e UNE já era esperada. Mas a ausência do MST é diferente, porque este movimento esteve presente com peso na mobilização de 23 de maio em todo o país e chegou a fazer parte de reuniões de preparação da marcha. A ausência do MST em Brasília ocorreu porque não houve até agora uma ruptura real do movimento com o governo. Sua direção segue com expectativas em Lula, achando que seu governo “está em disputa”.

Segundo os companheiros, existem duas alas no governo Lula, uma de direita, outra de esquerda. Ele não teria, portanto, um caráter definido. Por isso, a direção do MST faz críticas a Lula, mas não rompe com ele.

Este é um erro grave dos companheiros. O governo Lula é uma totalidade, que serve à dominação da grande burguesia tanto na cidade como no campo. Existe uma clara lógica do governo a serviço do agronegócio. É por isso que a reforma agrária não avança. Por isso Lula decidiu-se pelo plano do etanol, pela transposição do São Francisco, pelos transgênicos, etc.

É por isso também que a violência no campo continua impune. Nos dias que precederam a marcha um líder sem-terra foi morto em uma emboscada no Pará e outro no Paraná. Com Lula, segue a impunidade dos jagunços dos latifundiários e do agronegócio.

Perguntamos à direção do MST: para exigir a punição dos assassinos dos dois dirigentes sem-terras, não teria sido melhor a presença de uma forte coluna do movimento na marcha? Na luta pela reforma agrária não é fundamental a aliança com os metalúrgicos, operários da construção civil, bancários, petroleiros, professores e estudantes que estão na luta contra o governo?

Na verdade, a aliança com o governo Lula só enfraquece a luta dos sem-terras. Chamamos o MST a romper com o governo e se unir com os outros trabalhadores e movimentos que realmente querem lutar.

A derrota da CUT e da UNE

A ausência da CUT e da UNE da marcha em Brasília tem uma explicação: tratam-se de duas entidades chapas-brancas, extensões do Ministério do Trabalho e da Educação no movimento de massas. A UNE faz a defesa aberta do Reuni, projeto do governo para as universidades, que está sendo repudiado pelos estudantes em ocupações de reitorias em todo o país. A CUT é parte do Fórum da Previdência, montado pelo governo com representantes dos empresários para acabar com a Previdência. Apresenta divergências menores com o governo, mas faz questão de bloquear qualquer ação do movimento que possa se chocar com Lula.

As duas entidades têm um aparato gigantesco, que vem hoje em grande parte do próprio Estado, sustentado por milhões de reais. Assim se pagam milhares de burocratas que se distanciam cada vez mais das bases. Apoiadas nesse aparato, a CUT e a UNE tentaram de todas as maneiras evitar a marcha a Brasília.

No passado essas entidades eram as únicas (junto com o MST) que poderiam bancar a realização de atos nacionais de certo peso. O que está se vendo é que isso pertence ao passado. Mesmo com o bloqueio dessas entidades, a marcha a Brasília foi um êxito, e foi o maior ato nacional de 2007 contra o governo Lula.

Por isso, a marcha possibilitou também que a construção de alternativas avance perante a falência governista dessas entidades. As que tiveram mais peso na marcha foram a Conlutas e a Conlute.

“O que foi dito na marcha

“Só tem um caminho para derrotar as reformas neoliberais, esta famigerada reforma da Previdência. Este caminho não é o conchavo dentro do Congresso. É a ação direta, a mobilização".

LUÍS CARLOS PRATES, O MANCHA, da direção nacional do PSTU.

“Fora os corruptos que dão sustentação a esse sistema e têm a ousadia de querer aprovar reformas neoliberais, roubando mais uma vez o povo".

HELOÍSA HELENA, presidente do PSOL.

“Não precisamos de uma nova reforma da Previdência, mas sim que este governo cumpra a Constituição e os capítulos para a manutenção e sustentação da Previdência e da Seguridade Social. É mentira que a Previdência é deficitária. De 2002 a 2006 foram R$250 bilhões de superavit".

BENEDITO MARCÍLIO, da Confederação Brasileiras de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

NO CAMINHO A BRASÍLIA, A NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO E DO PARTIDO

MILITÂNCIA DO PSTU promove amplo debate sobre a atualidade da Revolução Russa

DA REDAÇÃO

A 90 anos da Revolução Russa, a marcha a Brasília lembrou que a luta por uma sociedade mais justa está mais viva que nunca. Como bem lembrou o dirigente do **PSTU**, Luiz Carlos Prates, o Mancha, no ato: "*Este ano comemoramos 90 anos da Revolução Russa e hoje é necessário retomar a perspectiva da revolução. É preciso uma revolução socialista nesse país! O socialismo não morreu e esta manifestação é demonstração clara disso*".

A necessidade da construção de um partido revolucionário em meio aos trabalhadores e a juventude é algo que os militantes socialistas devem ter sempre em primeiro plano. Mesmo com um grande acúmulo de tarefas e as lutas cotidianas que consomem grande parte do tempo da militância, tais objetivos nunca devem ser abandonados.

Exemplo dessa disposição ocorreu na marcha a Brasília. As extenuantes tarefas da marcha, como a coordenação de inúmeros ônibus, alimentação, hospedagem, assim como todos os aspectos da logística da marcha, não deixaram em segundo plano a luta pelo socialismo. Os militantes do **PSTU** apresentaram o **Opinião Socialista** nos ônibus e na própria marcha a inúmeros ativistas. A edição especial sobre a Revolução Russa foi uma ótima oportunidade de discutir a necessidade de uma revolução e, para isso, a necessidade de um partido.

Da mesma forma, nos ônibus, foi exibido um documentário sobre os 90 anos da Revolução Russa produzido pelo **PSTU**. O documentário contou com depoimentos de, entre outros, Martin Hernandez, da direção da Lit, Eduardo Almeida e Mariúcha Fontana, da direção do **PSTU**. O vídeo proporcionou um amplo debate sobre o tema, ampliando a discussão sobre a revolução a diferentes setores dos trabalhadores.

Num ônibus de Niterói, por exemplo, com companheiros eletricitários, metalúrgicos e petroleiros, o DVD teve bastante receptividade e proporcionou um acalorado debate de duas horas. No mesmo ônibus foram vendidos 16 edições do Opinião. Ou seja, um tema freqüentemente discutido apenas por setores da intelectualidade encontrou, em plena luta, um amplo setor de trabalhadores e da juventude dispostos a aprofundar o debate sobre a revolução.

Além do jornal e do DVD, o partido ainda contou com uma grande banca na marcha e no Encontro promovido pela Conlutas, Intersindical e as Pastorais no dia seguinte. Viabilizada através de um grande esforço da militância, a banca trazia um variado material, como livros, camisetas, broches e o encarte especial sobre a Revolução Russa, parte do **Opinião Socialista,** vendido separadamente por R$ 0,50.

Os números de exemplares do Opinião vendidos na marcha ainda não foram centralizados, mas a receptividade e o debate promovido demonstram o avanço no trabalho com propaganda, contribuindo para o avanço da consciência dos trabalhadores em temas como o socialismo e o partido.

VIAGEM POLITIZADA NO AMAPÁ

A longa viagem de Macapá, capital do Amapá, a Brasília foi recheada por muita discussão política. Os cerca de 40 trabalhadores do estado que participaram do protesto enfrentaram 40 horas de viagem até chegarem à capital federal. De avião seguiram até Belém (PA). Até Brasília, o trajeto foi percorrido de ônibus. Eram trabalhadores rodoviários, do sindicato dos vigilantes, servidores da universidade federal do Amapá e estudantes.

No ônibus, os militantes do **PSTU** apresentaram o jornal **Opinião Socialista** e venderam edições do número especial sobre a Revolução Russa. Além disso, foi exibido o vídeo sobre os 90 anos da revolução. "*Fizemos uma boa discussão política e estamos agora discutindo a entrada no partido com quatro companheiros que nos acompanharam a marcha. Dois da juventude e dois companheiros rodoviários*", exemplifica Joinville Frota, militante do **PSTU** e diretor do sindicato dos trabalhadores rodoviários do Amapá.

GAÚCHOS DISCUTEM A REVOLUÇÃO

Os ativistas gaúchos percorreram quase a mesma distância para marcha. Nos ônibus, o **Opinião Socialista** e o DVD da revolução embalaram as 36 horas de viagem. "*O vídeo foi bastante elogiado e os ativistas demonstraram bastante interesse, até porque grande parte das pessoas era do setor de educação*", conta Altermir Cozer, professor e militante do **PSTU**. "*A discussão sobre a revolução e a necessidade do partido foi muito boa, ativistas de base que nunca haviam ido a uma marcha a Brasília se envolveram no debate e falaram nas discussões nos ônibus*", conta.

O interesse pelo tema e o envolvimento no debate se refletiram na expressiva venda de jornais. Foram vendidos cerca de 100 edições do **Opinião Socialista** nos 10 ônibus que tinham a presença de militantes do **PSTU**. Nos debates, os militantes também faziam o convite para o debate sobre a Revolução Russa, que ocorrerá no próximo dia 9.

ATIVIDADES COMEMORAM OS 90 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

PSTU DE IPIAÚ (BA) REÚNE 400 EM DEBATE SOBRE REVOLUÇÃO RUSSA

O **PSTU** do município baiano de Ipiaú, único partido socialista da cidade, realizou no dia 17 de outubro uma série de atividades em comemoração aos 90 anos da Revolução Russa. A atividade contou com a presença do historiador José Roberto, de Itabuna. Foram realizadas ainda palestras seguidas de vídeos-debates. A atividade contou também com a presença de professores, tendo como local o colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, que reuniu um público de aproximadamente 400 pessoas. O **PSTU** de Ipiaú decidiu ainda incorporar as atividades de formação ao calendário permanente de atividades do partido.

MACAPÁ (AP)

Na capital do Amapá, a palestra sobre a revolução ocorreu no último dia 30. Também foi realizado o lançamento do livro História da Revolução Russa, da editora Sundermann, assim como a inauguração da biblioteca do partido.

MANAUS (AM)

Em Manaus, ocorreu um curso sobre a Revolução Russa no último dia 24. O curso foi realizado durante todo o dia e teve a participação de militantes e simpatizantes.

FORTALEZA (CE)

A atividade sobre a revolução na capital cearense ocorreu dia 12 e teve a exibição do vídeo sobre a revolução, contando com a presença de 40 companheiros, a maioria ativistas ligados à educação e da juventude. No dia 19 ocorreu uma atividade para o setor operário, e no dia 20 outra para os ativistas da educação. No dia 13 de novembro ocorrerá ato público no auditório da UECE.

JOÃO PESSOA (PB)

Na capital paraibana, a atividade sobre os 90 anos ocorreu dia 12 de outubro, envolvendo os ativistas da juventude e do movimento sindical. Nos dias 18 e 19, ocorreu a atividade "Arte e Revolução: entre a Revolução de 1917 e os 40 anos de Memória de Che Guevara", na Universidade Federal de Paraíba.

Próximos debates e atividades

PORTO ALEGRE (RS) – Dia 9, debate sobre o 90º aniversário da revolução de outubro, com a presença de Valério Arcary, historiador e militante do **PSTU,** e Roberto Robaina, da direção do PSOL.

SÃO PAULO (SP) – Ato no dia 9, em comemoração aos 90 anos da Revolução Russa. Local: Av. Lins de Vasconcelos, 3352, próximo ao metrô Vila Mariana.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) – Palestra e debate no próximo dia 9, com Alejandro Iturbe, da direção da LIT. Local: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região.

RIO DE JANEIRO (RJ) – Palestra/debate dia 13, com a presença de Valério Arcary.

BELO HORIZONTE (MG) – Palestra/debate dia 10, com Valério Arcary. Local: Av. Amazonas, 491, 10º andar.

ROGÉRIO CONCORRERÁ À ELEIÇÃO DA COMISSÃO DE FÁBRICA

INSCRIÇÃO DO TRABALHADOR demitido é vitória do movimento

AG.CROMAFOTO

Rogerinho em ato em frente à Volks, em março deste ano

EMMANUEL OLIVEIRA,
de São Bernardo do Campo (SP)

Esse mês a Comissão de Fábrica da Volkswagen está comemorando 25 anos de existência. Passados todos esses anos, porém, empresa continua demonstrando que não respeita os trabalhadores. Demonstração que se repetiu ao não aceitar a inscrição da chapa de oposição, onde estava o nome do companheiro Rogério Romancini (maquinista), diretor do sindicato demitido pela empresa e que até agora não foi reintegrado.

A empresa age em acordo com o sindicato, já que a motivação da demissão tem como objetivo não deixar o Rogério concorrer à Comissão de Fábrica pela chapa de oposição na ala 14. Essa atitude da empresa em tentar não permitir que o maquinista concorra é a maior demonstração de que a empresa favorece a chapa apoiada pelo sindicato.

A oposição não ficou calada diante de mais uma tentativa de ataque à livre organização dos trabalhadores e, junto com coletivo jurídico da Conlutas, ingressou na Justiça exigindo que Rogério concorresse. O desembargador Paulo Augusto Câmara, da quarta turma do TRT SP, concedeu liminar obrigando a empresa a aceitar o nome de Rogério na chapa. Essa é mais uma vitória da oposição, já que a grande favorecida era a chapa do sindicato, que aliás nada fez para trazer Rogério de volta, mesmo o metalúrgico sendo diretor da entidade.

OPOSIÇÃO TEM QUATRO CHAPAS

Para inscrever uma chapa de determinada área é necessário que 20% dos trabalhadores daquela ala assinem uma lista. Na ala 5, mais de 400 trabalhadores assinaram a lista. Na ala 14 foram mais de 550 e na ala 13, 350. Nas alas 2 e 4 foram mais de 400 trabalhadores que assinaram a lista da oposição. Não pode haver duplicidade de nome, quem assinou uma lista não pode assinar a outra.

A oposição está concorrendo com 4 chapas nas áreas da produção, o que representa mais de 80% de todos os trabalhadores da planta do ABC.

CONVENÇÕES PARA ESCOLHER OS NOMES DA OPOSIÇÃO

Foram realizadas as convenções com os pré-candidatos em algumas áreas da oposição. Na ala 13, onde o atual Ministro da Previdência Luiz Marinho é funcionário até hoje e que, diga-se de passagem, há 17 anos não ganha da oposição nessa área, participaram da convenção 590 trabalhadores. Nas alas 2 e 4, participaram da convenção mais de 700 companheiros, o que mostra a representatividade das chapas de oposição.

Existe uma enorme expectativa na ala 14, onde trabalha o companheiro Rogério, pois essa é a maior ala da empresa.

Retomar a Comissão para os trabalhadores

A comissão de fábrica surgiu em 1980, como uma entidade pelega para a direção da empresa se precaver do sindicalismo combativo que ressurgiu no ABC após a greve do ano anterior. No entanto, os trabalhadores não concordam com a comissão pelega e boicotam a eleição.

Só em 1983 é criada a Comissão de Fábrica independente da direção. Nesses 25 anos de existência da CF na Volks foram travadas muitas lutas: protestos dentro da empresa, paralisações, passeatas, manifestações e greves.

Hoje, a direção do sindicato, em decorrência de sua parceria com as empresas, vem destruindo essa comissão que representa todos os trabalhadores e se for realmente combativa é capaz de controlar a produção. Aliás, é por isso que essa é a forma de organização mais importante da classe trabalhadora.

Por tudo isso, nesta eleição para a comissão os trabalhadores têm a oportunidade de, votando na chapa de oposição, reverter o caráter de parceria que tomou conta da Comissão de Fábrica.

SEM-TERRA É ASSASSINADO DO PARANÁ

PABLO E JEAN MICHAEL,
de Curitiba (PR)

Seguranças armados, que agiam em defesa da multinacional Syngenta Seeds no estado do Paraná, mataram o dirigente sem-terra Valmir Mota, conhecido como Keno, e deixaram mais cinco trabalhadores gravemente feridos. A ação ocorreu no último dia 21, quando ativistas da Via Campesina e do MST ocuparam a fazenda da multinacional em Santa Tereza do Oeste, interior do estado.

O protesto dos sem-terras buscava dar continuidade à denúncia feita em março de 2006, do cultivo ilegal de reprodução de sementes transgênicas de soja e milho realizado pela empresa. Depois de expulsarem quatro seguranças, pela manhã, os sem-terras foram surpreendidos por 40 pistoleiros que invadiram o local e abriram fogo a esmo contra os trabalhadores.

AGÊNCIA DE SEGURANÇA

Essa não foi única brutalidade cometida por empresas de segurança. Recentemente o estudante Bruno Strobel foi torturado até a morte por seguranças da empresa Centronic que, segundo declaracões, se inspiraram no filme "Tropa de Elite" para cometer o crime.

Apesar de aparentemente serem fatos isolados, essas tragédias trazem à tona o problema da existência de empresas de segurança privada. Tais empresas oferecem o serviço de pistolagem e "jagunçagem", profissionalizando um dos mais lamentáveis aspectos do coronelismo. Investigações policiais e denúncias na Centronic e na NF segurança mostram que as empresas usam a tortura e o terror como método de intimidação.

Darci Frigo, advogado da Terra de Direitos, denuncia a existência de um consórcio entre a Syngenta, a Sociedade Rural da Região Oeste e o Movimento dos Produtores Rurais para realizarem ações como esta em conflitos agrários. Os fazendeiros contratam "empresas de segurança" que, na verdade, agem como uma "tropa de elite" que assassina em nome do latifúndio.

PELO FIM DAS MILÍCIAS

Empresas desse tipo só podem existir porque existe quem os contrate e porque o Estado permite que elas funcionem, tornando-se assim cúmplice de seus atos violentos. A crescente concentração de renda é a fonte de clientes para as empresas de segurança nas cidades, enquanto no campo existem verdadeiras máfias que organizam e financiam os grupos paramilitares, como é o caso da Sociedade Rural do Oeste no Paraná.

Essas mortes no campo e na cidade são faces de um problema social: a concentração de renda e da propriedade nas mãos de poucos. Defender os poderosos somente agravará o problema. Enquanto a polícia do governador Requião procura identificar e prender o sem-terra que baleou um dos jagunços na Syngenta, o **PSTU** defende o direito ao armamento e à autodefesa de todos os trabalhadores que se sintam ameaçados, e saúda a bravura do militante do MST que certamente evitou outras mortes.

Exigimos o fim das milícias privadas no campo e na cidade, a prisão dos dirigentes da Syngenta Seeds, da Sociedade Rural do Oeste, da Centronic e de todos os que se envolverem com atos de tortura e terrorismo contra os trabalhadores.

ESTUDANTES OCUPAM REITORIAS CONTRA REUNI

DA REDAÇÃO

Em todo o país os estudantes foram à luta contra o Reuni, realizando dezenas de mobilizações e ocupando reitorias contra sua implementação. É a resposta do movimento estudantil independente e combativo ao violento ataque que o governo Lula faz às universidades públicas.

O Reuni pretende adequar as universidades públicas aos reclames do mercado. O projeto prevê uma reestruturação que, em nome de uma maior ampliação da universidade, determina uma série de mudanças que precarizam ainda mais as condições de ensino, pesquisa e trabalho nas instituições. Caso seja implementado, as universidades se transformarão em verdadeiros escolões de terceiro grau. O número de estudantes na federal de Alagoas, por exemplo, aumentaria em 80%, mas nenhum professor seria contratado para atender à demanda.

O governo tenta impor de forma autoritária o projeto por meio de um Decreto. Os reitores, por sua vez, estão correndo para aprovar o Reuni em reuniões dos Conselhos Universitários, onde lançam mão de manobras e golpes para impor o projeto. Por isso, muitas das atuais ocupações começaram justamente após essas fraudulentas reuniões.

OCUPAÇÕES SE ALASTRAM

Na UFRJ, a ocupação da reitoria se iniciou no último dia 18, depois que o Conselho Universitário tentou aprovar o Reuni. Cerca de 500 estudantes protestavam contra o projeto quando a reitoria chamou a votação. "*Nossa reação foi de subir no palco para impedir que a votação acontecesse. Alguns conselheiros agrediram os estudantes. No meio da confusão o reitor mandou que os conselheiros levantassem os braços para aprovar o projeto. Meia dúzia de conselheiros levantou os braços e a reitoria, então, considerou que o Reuni tinha sido aprovado*", informou Roberta Maiane, estudante de História da UFRJ.

Também foram ocupadas as reitorias a UFBA (Bahia), UFPR (Paraná), Unifesp (Guarulhos), Ufscar (São Carlos) UniRio e Universidade Rural (ambas no Rio de Janeiro). Também ocorreram ocupações na Universidade Federal de Juiz de Fora, na UFCE (Ceará) e na UFF (Federal Fluminense), mas os estudantes foram brutalmente desalojados pela tropa de choque e pela Polícia Federal. Em Goiás (UFG) também houve repressão. A reitoria foi desocupada por um forte aparato policial depois que a universidade tentou aprovar por duas vezes o Reuni.

GENERALIZAR OCUPAÇÕES

Os estudantes estão dando uma enorme demonstração de resistência. Por outro lado, as ocupações enfrentam diretamente a UNE governista, que defende o Reuni e apóia as manobras dos reitores. É mais uma prova da falência dessa entidade pra luta.

Logo após a marcha, a Conlute realizou uma plenária de estudantes que aprovou um calendário de lutas em defesa da universidade pública. Entre os dias 6 e 11 serão realizadas mobilizações contra o ENAD. O dia 13 de novembro será um Dia Nacional de Lutas contra o Reuni.

É preciso agora utilizar as ocupações de reitorias como método de ação na luta contra o Reuni. Como foi entoado na marcha a Brasília pelos estudantes da Conlute: "*o Reuni neoliberal não vai passar em nenhuma federal*".

CMI

Ato dos servidores e dos alunos da UFPR após ocupação da reitoria

Ocupação da reitoria da UFRJ

FUNCIONALISMO FEDERAL

JUSTIÇA ATACA O DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES

DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) sentenciou uma lei limitando as greves no serviço público. Enquanto o governo não encaminhar e o Congresso não aprovar o projeto que já está em discussão, o funcionalismo terá de se submeter às mesmas regras que os trabalhadores do setor privado, regidas pela Lei 7.783 de 1989.

O governo festejou a decisão. "*O fato de agora haver uma norma vai facilitar a resolução de conflitos. A greve é um direito, mas ela tem que ser exercida nos termos e nos limites de lei. É disso que eu acho que precisamos agora*", disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Até então, as greves no serviço público não tinham uma legislação específica e eram definidas pela Constituição Federal de 1988 e pela organização dos próprios trabalhadores, que estabeleciam regras.

Com a medida do STF, a primeira – e mais importante – conseqüência é a criminalização do movimento sindical. Os governos poderão pedir a qualquer momento, na Justiça, a ilegalidade das greves, demitir servidores por justa causa, contratar pessoal para substituir os grevistas, não pagar os dias parados, proibir piquetes e outras manifestações.

Os servidores devem manter, durante as paralisações, 30% dos serviços em funcionamento, em todos os setores. Pela Lei 7.783, esta regra vale para serviços essenciais. Porém a interpretação do ministro Eros Roberto Grau, relator de um dos processos, foi de que "*todo o serviço público é essencial*".

Em março deste ano, veio o anúncio do presidente Lula de que pretendia enviar, até maio, um projeto que "regulamentasse" o direito de greve do funcionalismo público. Os principais pontos do tal projeto são o desconto dos dias parados e a obrigatoriedade de manutenção de 30% dos serviços em funcionamento. Lula disse que só um ex-sindicalista poderia impor restrições ao direito de greve. Lula ainda comparou as greves dos servidores públicos a "férias", quando defendeu o desconto em folha dos dias parados.

GOVERNO QUER FREAR LUTAS

A restrição do direito de greve é um dos pontos chave do projeto de reforma sindical e trabalhista. É uma medida necessária antes da própria reforma, justamente para enfraquecer a resistência à mesma. Isso toma mais peso agora que vem crescendo o movimento de oposição às reforma neoliberais, como a previdenciária.

O direito de greve foi conquistado com muitas lutas ao longo de décadas. É uma ferramenta legítima da classe trabalhadora e, muitas vezes, a única forma de conquistar alguma melhoria nas condições de trabalho e de salários.

"*Somos contra a decisão do STF e contra o projeto de regulamentação que o governo está elaborando no Grupo de Trabalho junto com entidades ligadas à CUT. Somos contra qualquer regulamentação, porque o que está na Constituição já é suficiente. E vamos reagir a isso. Não vamos aceitar nenhuma limitação do nosso direito vinda do STF ou do GT do governo. Devemos chamar uma reunião da Cnesf em breve para debater o que fazer sobre isso*", declarou Paulo Barela, do ASSIBGE-Sindicato Nacional, entidade que representa os trabalhadores do IBGE, e membro da Conlutas.

FABIO POZZEBOM/AG.BRASIL

NÃO AO PACTO SOCIAL DE CRISTINA KIRCHNER!

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

Cristina Kirchner, primeira-dama da Argentina, tornou-se presidente do país no último dia 28, vencendo as eleições presidenciais no primeiro turno com mais 40% dos votos. A grande imprensa ressaltou que o resultado foi superior ao obtido por seu marido em 2003. Tal análise oculta, entretanto, que as eleições foram marcadas pela mais completa frieza, um distanciamento da população em relação ao processo eleitoral e a ausência de uma alternativa à sua candidatura.

Mas que futuro espera a Argentina com a manutenção do kirchnerismo à frente da Casa Rosada? Uma resposta para isso pode ser encontrada em um rápido balanço do governo de seu marido, Néstor Kirchner.

NOVO MOMENTO

Eleito em 2003, Kirchner teve a incumbência de recompor o regime democrático burguês, destroçado pelas jornadas revolucionárias de 2001-2002 que derrubaram o então presidente De La Rua. Além disso, surfando na onda de crescimento internacional alavancada pela economia norte-americana, seu governo foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Algo que o auxiliou na implementação de um conjunto de políticas sociais compensatórias, visando a cooptação do movimento dos piqueteiros (setor que teve grande importância nas lutas de 2001). Sob discurso de defesa dos direitos humanos, Kirchner deu vazão às reivindicações que exigiam a punição aos colaboradores da ditadura militar, ganhando assim o apoio entre as Madres de Mayo.

Nos anos que se seguiram, porém, o presidente argentino teve que enfrentar muitos problemas que foram ofuscando o seu brilho: escândalos de corrupção, crise energética (resultado das privatizações dos anos 90), com cortes de gás e luz, greves e repressão ao movimento dos trabalhadores.

O retorno dos trabalhadores às suas lutas, porém, inaugurou um novo momento do governo Kirchner. Em março eclodem pelo país greves e paralisações de professores, com destaque para lutas travadas em Santa Cruz (província de Kirchner) e Neuquén.

Em abril, o assassinato do professor grevista Carlos Fuentealba detonou uma paralisação dos professores em todo o país. Mais de 100 mil pessoas saíram às ruas. Na ocasião, os protestos foram duramente reprimidos pelo governo. Em Santa Cruz, o movimento docente enfrentou uma forte repressão policial. Mais recentemente outros setores saíram em luta, como os trabalhadores do Metrô e os professores estatais de Buenos Aires.

INFLAÇÃO

Apesar do crescimento econômico, a Argentina vem registrando altas taxas de inflação que resultaram na corrosão dos salários dos trabalhadores. Os índices oficiais de inflação, medidos pelo Indec (o IBGE local), vêm sendo manipulados pelo governo e registram uma alta de apenas 5,8% no ano, enquanto outros institutos registraram aumentos superiores a 16%. Em casos extremos, como em La Pampa e Chubut, os preços subiram até 30%. Na véspera das eleições os preços dispararam.

Por outro lado, as províncias enfrentam uma grave crise fiscal. A retomada pelo governo federal do pagamento da dívida externa fez com que os governos provinciais voltassem a implementar a lei de responsabilidade fiscal, que mantém o arrocho salarial.

Mas enquanto a inflação disparava e corroía os salários, a campanha de Cristina era apoiada pela Associação de Empresários Argentinos e por diversos organismos do capital financeiro internacional. Em Wall Street, a candidata foi saudada como a "única que pode garantir a governabilidade da Argentina". Ela foi felicitada por retomar o pagamento da dívida externa do país. Cristina também foi congratulada pelo rei Juan Carlos e pelos executivos da petroleira Repsol e da Telefônica. Na ocasião, ela se comprometeu a aumentar as tarifas e manter a política de entrega do gás e do petróleo.

PACTO SOCIAL

Cristina Kirchner teve como mote de sua candidatura uma resposta clássica do peronismo quando as coisas começam a se complicar: o "pacto social" entre patrões e trabalhadores. Cristina pregou a "conciliação" e convocou a "unidade de todos". Já se sabe o que isso significa: os patrões saem ganhando e os sindicatos se comprometem a não fazer greves.

DO PACTO AO PACOTE

Transcorrida a eleição presidencial, a Argentina vai passar por um choque econômico para conter a inflação. O plano é a implementação de um pacote de medidas com efeitos desastrosos para os trabalhadores. O pacote inclui um aumento menor dos gastos estatais, mais superávit primário para pagar juros da dívida pública e congelamento das aposentadorias e salários do funcionalismo por pelo menos um ano. Tais medidas já constam na proposta de Orçamento de 2008 enviada por Néstor Kirchner ao Congresso.

Semelhante ao que fez Lula, durante este ano eleitoral Kirchner baixou para 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto) a economia fiscal do governo (superávit primário) para pagar juros da dívida. Para 2008, porém, a proposta é elevar para 3,15%. Mas o objetivo seria atingir 4%.

Eis as razões de Cristina propor a realização de um "pacto social" entre patrões e as principais centrais sindicais do país (CGT e CTA).

Não há, porém, a menor garantia de que Cristina navegará em um mar de rosas. Seu governo está longe de gozar do prestígio que seu marido teve nos primeiros anos de mandato. A frieza das eleições e falta de entusiasmo são provas disso. Os problemas de fundo vão seguir sem solução com Cristina. E os trabalhadores argentinos terão que seguir com a luta, independente do governo, para conquistar salários dignos, defender seus direitos contra o pacto social.

Naufrágio de uma política oportunista

Existe um espaço importante que poderia ser ocupado pelos partidos de esquerda, diante do desgaste do governo Kirchner. Por isso, a Frente Operaria Socialista (FOS) – seção argentina da LIT - se dirigiu às principais forças de esquerda, particularmente o Partido Operário (PO) e o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), para que concretizassem uma frente eleitoral de esquerda que fosse uma alternativa ao kirchnerismo nas lutas e nas eleições. Contudo, o oportunismo e o sectarismo de ambos os partidos acabou prevalecendo. Recusaram-se a compor uma frente eleitoral, por objetivarem apenas eleger seus candidatos.

Mas essa política em que predomina o cálculo eleitoral se mostrou um duplo erro. Em primeiro lugar, se abriu mão de construir uma alternativa eleitoral de esquerda a Kirchner e aos demais candidatos da direita, que poderia se desdobrar em uma continuidade da frente para a construção das lutas. Em segundo lugar, a estratégia eleitoreira do PO e do MST terminou por dar com os burros n'água. Seus resultados eleitorais foram pra lá de pífios (PO com 0,62%, e MST com 0,76%) e nenhum de seus candidatos foi eleito.

O FOS se integrou a uma Frente de Esquerda encabeçada pelo PTS, MAS e Esquerda Socialista, que obteve o resultado de 0,52%. Nesse momento, o partido chama a unidade da frente para continuar nas lutas o combate ao governo Cristina e seu "pacto social".

CONLUTAS PROMOVE ENCONTRO DE NEGROS E NEGRAS

DAYSE OLIVEIRA e WILSON H. DA SILVA, da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

O I Encontro Nacional de Negros e Negras da Conlutas, que será realizado nos dias 2, 3 e 4 de novembro, em São Gonçalo (RJ), pode ter uma enorme importância para a reorganização da luta negra no Brasil.

A fundação da Conlutas significou um salto na reorganização do movimento sindical e popular, ao apresentar uma alternativa à CUT e ao caminho sem volta do governismo.

Para o **PSTU**, e particularmente sua Secretaria de Negros e Negras, o Encontro de São Gonçalo pode abrir o caminho para que, também na luta contra o racismo, algo semelhante aconteça. Tanto seu objetivo – discutir a necessidade de um movimento negro socialista, classista e de oposição ao governo – quanto a empolgação de ativistas e entidades em todo o país – que prometem levar cerca de 400 delegados ao Encontro – nos dão esta garantia.

UMA LUTA ANTICAPITALISTA

A cooptação da maioria do movimento negro se dá hoje por dois caminhos. O primeiro é o da ideologia de adaptação ao capitalismo, para a geração de uma classe média negra. Para isso, bastaria "estudar", "conseguir bons empregos" e subir na vida e "chegar lá".

Iniciativas governistas e de ONG's afiliadas pregam a mesma ladainha. Mas tudo isso se trata apenas de uma adaptação para a questão racial da ideologia ultra-individualista do neoliberalismo.

Nas fábricas, busca-se convencer os trabalhadores a "vestir a camisa da empresa". Entre os negros, prega-se que, agora, vistam o embranquecedor manto do neoliberalismo, através da integração ao sistema.

Mas como dizia Malcom X, não existe capitalismo sem racismo. A dura exploração imposta pelo neoliberalismo atinge ainda de forma mais brutal os negros. O salário da população negra é a metade do valor pago aos trabalhadores brancos. A precarização e o desemprego são 40% maiores entre negros e negras.

Enquanto isso, comunidades quilombolas têm suas terras desrespeitadas, como o da Marambaia, no Rio. E ainda existe uma brutal criminalização da pobreza e da população negra, com cenas lamentáveis de repressão e assassinatos praticados pelas forças policiais do Estado, como no Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro e Favela da Coréia.

O manifesto que será discutido no Encontro afirma: "*Somos o setor da classe trabalhadora que recebe os piores salários no mercado de trabalho. Somos submetidos aos trabalhos mais pesados, insalubres e precarizados, no campo e nas cidades. Somos o setor dos servidores públicos submetido às atividades menos valorizadas. Mas, também, somos a maioria de negros e negras domésticas, trabalhadores dos canaviais e, setores informais da economia que, já chegam a mais de 20% da mão-de-obra ativa nos grandes centros metropolitanos*".

Por isso, a luta negra é inseparável da luta contra o capitalismo. Não existe uma unidade entre o negro trabalhador e o burguês negro. Existe uma profunda necessidade de integração da luta racial em uma perspectiva de classe. São os trabalhadores que podem apontar uma solução socialista para todas as formas de opressão, inclusive a racial.

Por outro lado, a esquerda socialista deve assumir todas as lutas contra a opressão de forma clara e inequívoca, sem adiá-la para uma etapa posterior. O movimento negro deve assumir assim um claro conteúdo anticapitalista e socialista.

UM INSTRUMENTO DO GOVERNO?

Além de adaptar-se à ideologia neoliberal, o movimento negro segue por um segundo caminho equivocado: o do governismo. A combinação de um governo com origem na "esquerda" e a distribuição das verbas do Estado facilitam esta cooptação. Mas o canto da sereia governista tem como conseqüência a esterilização do movimento negro, como já ocorreu com a CUT e a UNE.

Lula não é um aliado dos negros. É um defensor dos banqueiros e da grande burguesia. Como afirma o Manifesto : "*O modelo neoliberal de Lula e dos banqueiros quer privatizar a Previdência Social, atendendo aos interesses dos bancos que vão lucrar mais ainda. Isso será mais um golpe contra nós Negras e Negros!!!! As reformas de Lula concretizam o que FHC iniciou pois, os homens vão se aposentar aos 67 anos, as mulheres com 65 anos e, essas regras irão penalizar mais ainda os que estão na base da pirâmide, pois somos os que começamos mais cedo a trabalhar*".

Por isso mesmo, o GT de Negros e Negras da Conlutas, que está organizando o Encontro e assina o Manifesto, reafirma sua diferença com essa concepção: "*Temos um projeto de sociedade (...) defendemos um sistema econômico e Estado que norteie nossa luta rumo ao Socialismo e pelo fim do RACISMO e do CAPITALISMO.*"

Algo que se concretiza na luta contra os projetos de Lula em acordo com o FMI e, particularmente, na luta sem tréguas contra a ocupação que Lula, a mando de Bush, está promovendo no Haiti.

A NECESSIDADE DE UM NOVO MOVIMENTO NEGRO

O Encontro discutirá a conjuntura política e temas como reparações, educação, saúde, a luta contra as reformas, cultura afro-brasileira (religiões, capoeira e arte), mulheres negras, movimentos sem-terra, sem-teto e de comunidades quilombolas, violência e juventude negra.

O último dia, 4 de novembro, será dedicado a uma plenária em que serão votados o programa e um plano de lutas.

Uma das idéias que será discutida no encontro é a de formar um novo movimento negro, com este conteúdo classista, socialista e de oposição ao governo, que possa disputar concretamente as lutas cotidianas com os movimentos governistas. Algo que, para nós, Negros e Negros do **PSTU**, pode e deve ser um passo fundamental para apresentar uma perspectiva de raça e classe para o movimento.

UM EXEMPLO DE GOVERNISMO

Enquanto realizamos nosso Encontro, também estará ocorrendo o "Congresso dos Negros do Brasil", uma iniciativa governista para controlar o movimento negro.

Apesar de ter um nome que dá a falsa idéia de participação geral dos negros, a realidade sobre este Congresso tem sido distinta. A recente etapa realizada em São Paulo deu uma idéia dos métodos usados: os materiais do Congresso foram financiados pelo governos federal, a prefeitura de São Paulo e a Unipalmares (a universidade privada exemplar da ideologia neoliberal citada acima). Também não faltaram obstáculos anti-democrático.

Por exemplo, tentaram reduzir a bancada do Rio de 104 para 50 delegados. O golpe não foi aceito pela maioria da bancada (todos, com exceção dos delegados da Unegro/PCdoB, se recusaram a fazer o credenciamento), mas serviu para revelar um problema de fundo: os setores governistas precisam do controle rígido dos delegados para que seu apoio a Lula não seja duramente questionado.